

# TAXA DE PARTICIPAÇÃO NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 2001-2009

Maurício Cortez Reis\*

## 1 INTRODUÇÃO

Entre 2001 e 2009, a taxa de participação total aumentou cerca de 1,5 ponto percentual (p.p.) no Brasil, passando de 58% para 59,5%. Este pequeno aumento em termos agregados, no entanto, foi acompanhado de trajetórias muitas distintas entre os diversos subgrupos da população.

Esta nota tem como objetivo descrever o comportamento da taxa de participação no Brasil entre 2001 e 2009, enfatizando as diferenças entre subgrupos populacionais definidos a partir das seguintes características individuais: gênero, escolaridade, idade e residência em áreas urbanas ou rurais. Esta análise é baseada nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

## 2 OS DADOS

Os dados analisados nesta nota têm como fonte a PNAD, realizada anualmente pelo IBGE, geralmente na última semana de setembro. Em cada ano, são entrevistados na PNAD cerca de 400 mil indivíduos em todas as Unidades da Federação do Brasil.

Um indivíduo é classificado como participando do mercado de trabalho se está ocupado ou desempregado.<sup>1</sup> Caso não esteja trabalhando nem procurando emprego, é considerado inativo. Nesta última situação, portanto, o indivíduo não está participando do mercado de trabalho. Na PNAD, a participação ou não do indivíduo é definida de acordo com a sua condição durante a semana de referência de pesquisa, que é a semana anterior à realização da entrevista.

---

\* Técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea.

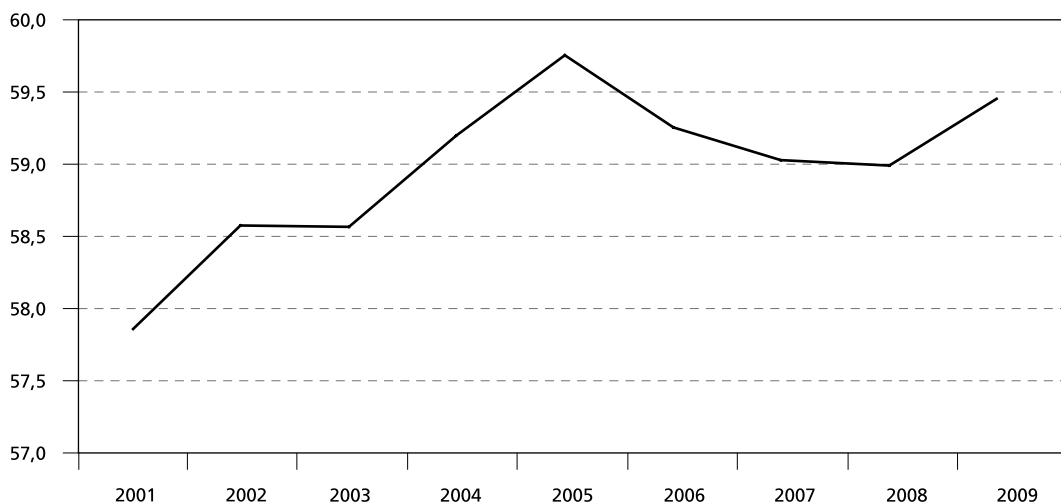
1. Neste estudo, são classificados como ocupados os indivíduos que exerceram trabalho remunerado na semana de referência, assim como os que exerceram trabalho não remunerado neste mesmo período durante pelo menos 15 horas. São também considerados ocupados os indivíduos que possuíam trabalho remunerado do qual estavam temporariamente afastados. Não são classificados como ocupados, porém, os indivíduos que exerceram trabalho para o próprio consumo ou na construção própria na semana de referência. São classificados como desempregados neste estudo os indivíduos que não trabalharam, mas procuraram emprego na semana de referência, assim como aqueles que exerceram trabalho não remunerado por menos de 15 horas na semana de referência, mas procuraram trabalho. Os que exerceram trabalho para o próprio consumo ou construção própria na semana de referência, mas procuraram emprego, foram classificados como desempregados.

Na amostra utilizada nesta nota, são incluídos todos os indivíduos com 10 anos de idade ou mais. Apenas a partir de 2004 as áreas rurais da região Norte passaram a fazer parte da PNAD. Portanto, para manter a comparabilidade durante todo o período, foram excluídos os indivíduos residentes nas áreas rurais da região Norte de 2004 em diante.

### 3 PARTICIPAÇÃO TOTAL

O gráfico 1 mostra o comportamento da taxa de participação total no Brasil entre 2001 e 2009. Nota-se que em 2001 esta taxa era igual a 58%. Até 2005 a tendência foi de aumento, embora a participação não tenha chegado a 60%. Nos três anos seguintes foram observadas reduções na taxa de participação, até que em 2009 verificou-se novamente elevação desta variável. Em 2009, 59,5% dos indivíduos com 10 anos de idade ou mais se encontravam participando do mercado de trabalho. O aumento entre 2001 e 2009, portanto, foi de 1,5 p.p., revertendo-se a tendência de queda apresentada pela taxa de participação no período 1992-2001, quando este indicador diminuiu 0,5 p.p. O comportamento da taxa de participação agregada é resultado de trajetórias bastante distintas apresentadas pelos diferentes subgrupos populacionais. O restante desta nota descreve as trajetórias das taxas de participação entre estes subgrupos.

GRÁFICO 1  
Taxa de participação total (2001-2009)  
(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.  
Elaboração dos autores.

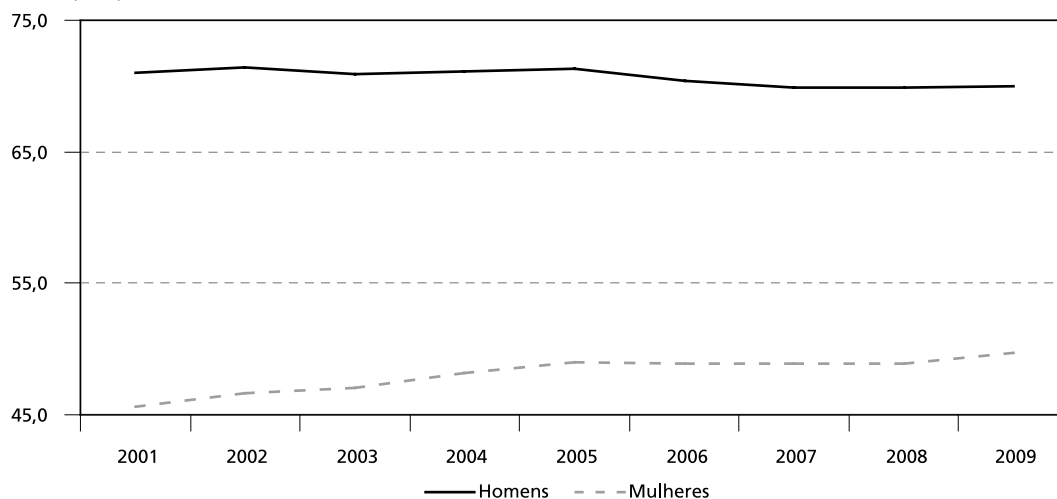
### 4 PARTICIPAÇÃO POR GÊNERO

O gráfico 2 apresenta a taxa de participação entre 2001 e 2009 separadamente para homens e mulheres. Chama atenção a enorme diferença entre os dois grupos. Em 2001, por exemplo, a taxa de participação das mulheres era igual a 45%, enquanto cerca de 70% dos homens se encontravam participando do mercado de trabalho. Ou seja, uma diferença de 25 p.p. Deve-se ressaltar que o Brasil não é uma exceção nesse sentido, uma vez que diferenças na taxa de participação entre homens e mulheres constituem o padrão observado internacionalmente (AGUAS, 2009).

GRÁFICO 2

**Taxa de participação por gênero (2001-2009)**

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

Nota-se também, pela leitura do gráfico 2, que homens e mulheres apresentaram comportamentos distintos ao longo do tempo. Entre 2001 e 2009, a taxa de participação dos homens diminuiu 1 ponto, passando de 71% para 70%. Entre as mulheres, porém, foi observada uma variação positiva de 4 p.p., com a taxa de participação aumentando de 45,5% para 49,7%. Dessa forma, a diferença na participação entre homens e mulheres ainda era de 20 p.p. em 2009. Fontoura e Gonzales (2009) analisam o comportamento da taxa de participação feminina no Brasil durante o período 2001-2008. Os autores mostram que o aumento na participação feminina foi acompanhado de redução no tempo gasto pelas mulheres com atividades domésticas. Deve-se ressaltar que a tendência para outros países também tem sido de queda no diferencial entre homens e mulheres ao longo do tempo (AGUAS, 2009).

A tendência de redução na taxa de participação dos homens já vinha sendo verificada na década anterior no Brasil, de forma ainda mais acentuada. Entre 1992 e 2001, a porcentagem de homens participando do mercado de trabalho diminuiu de 75% para 71%. Entre as mulheres, a taxa de participação aumentou de 42,4% para 45,5% no mesmo período.

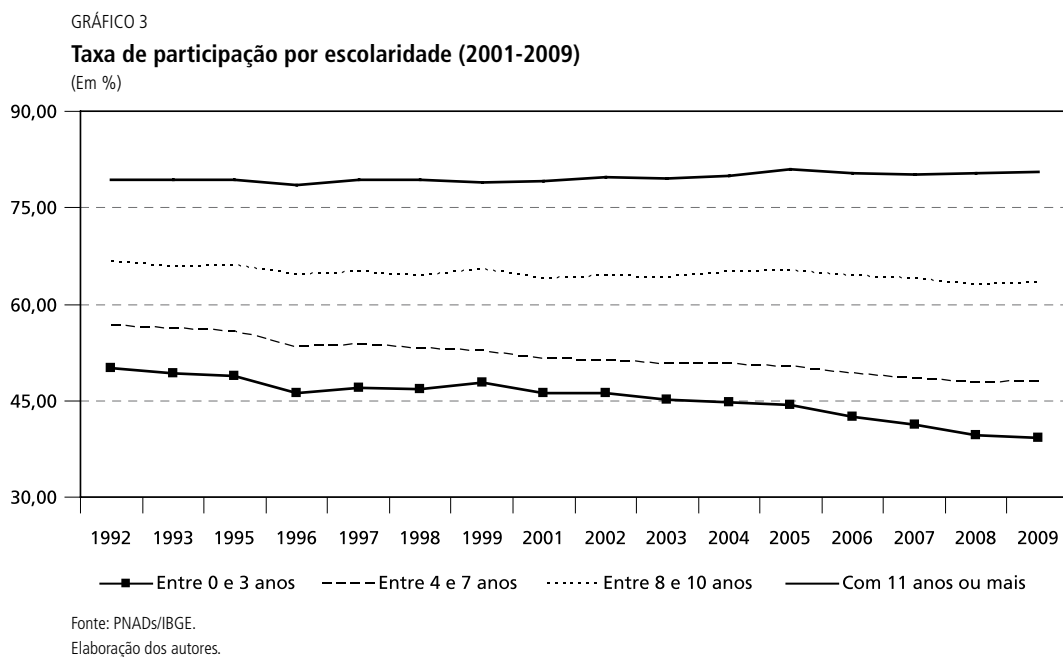
De acordo com os dados da PNAD, portanto, as trajetórias das taxas de participação por gênero durante o período 2001-2009 mostram continuidade em relação ao comportamento observado no período anterior, embora a redução no hiato entre homens e mulheres tenha sido mais intensa entre 1992 e 2001.

## 5 PARTICIPAÇÃO POR ESCOLARIDADE

O gráfico 3 mostra as taxas de participação por grupos de escolaridade. Os trabalhadores são divididos em quatro categorias: *i*) Até três anos de escolaridade; *ii*) entre quatro e sete anos de estudos completos; *iii*) entre oito e dez anos; e *iv*) com 11 anos de estudo ou mais. Nota-se que as diferenças entre os grupos de escolaridade são acentuadas. Em 2001, a taxa de participação dos indivíduos menos qualificados, com escolaridade entre zero e três anos, era igual a 46%. Por sua vez, para os mais qualificados, com 11 anos de estudo ou mais, a taxa de participação era igual a 79%.

Também podem ser notadas diferenças no comportamento da taxa de participação de cada um dos grupos de escolaridade ao longo do tempo. Entre 2001 e 2009, foi verificada uma redução de 7 p.p. na taxa de participação dos indivíduos com até três anos de estudo. Para o grupo com escolaridade entre quatro e sete anos, a redução foi 3,5 p.p., enquanto entre os trabalhadores com escolaridade entre oito e dez anos a redução foi inferior a 1 p.p. O único grupo que apresentou trajetória diferente para a taxa de participação foi o composto por indivíduos com 11 anos de estudo ou mais, cuja taxa de participação aumentou cerca de 1,5 p.p.

O comportamento da taxa de participação por escolaridade no período 2001-2009 é semelhante ao que já havia sido verificado na década anterior. Entre 1992 e 2001, a taxa de participação diminuiu 4 p.p. para o grupo com até três anos de estudo, reduziu-se 5 p.p. para os trabalhadores com escolaridade entre quatro e sete anos, enquanto para aqueles com escolaridade entre oito e dez anos a redução foi de 2,5 p.p.. Para os indivíduos com 11 anos de estudo ou mais, a taxa de participação ficou praticamente constante entre 1992 e 2001.

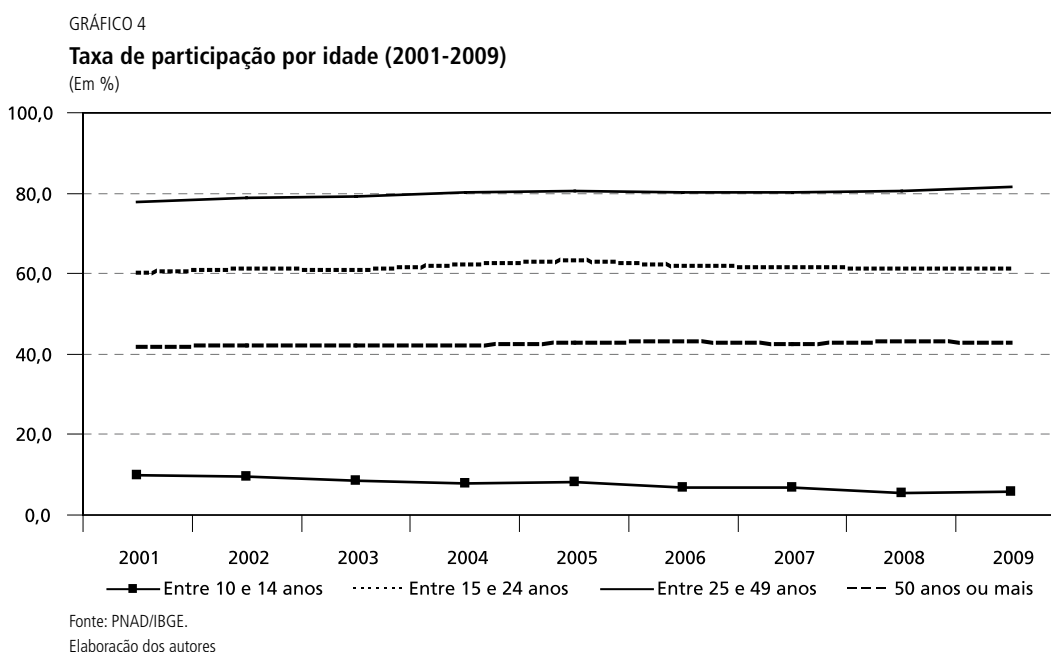


Os dados por escolaridade mostram que mudanças na composição educacional da população tiveram um papel importante para o aumento da taxa de participação agregada entre 2001 e 2009. Embora a análise de cada grupo separadamente mostre reduções acentuadas para os menos escolarizados e um aumento igual a 1,5 p.p. para o grupo mais qualificado, a elevação na proporção de indivíduos com mais educação na população contribuiu para aumentar a taxa de participação total, tendo em vista que a taxa de participação na força de trabalho cresce fortemente com o nível educacional. Os dados também destacam a piora no desempenho dos indivíduos com baixos níveis de escolaridade. Como mostram Corseuil *et al.* (2009), este resultado foi acompanhado de um aumento na ocupação dos indivíduos com 11 anos de escolaridade ou mais e da redução na ocupação dos trabalhadores com menos de um ano de escolaridade. As mudanças observadas na taxa de participação por escolaridade, portanto, podem ser resultado de uma redução na demanda por trabalhadores pouco qualificados. Como as oportunidades no mercado de trabalho para indivíduos com pouca escolaridade e, portanto, com baixa produtividade, é cada vez menor, muitos podem, por desalento, ter desistido de participar.

## 6 PARTICIPAÇÃO POR IDADE

Como nos casos anteriormente analisados, os grupos etários apresentam grandes diferenças na taxa de participação, assim como disparidades nas trajetórias ao longo do tempo. O gráfico 4 mostra que a taxa de participação dos indivíduos com idade entre 25 e 49 anos era igual a 78% em 2001. Para os jovens com idade entre 15 e 24 anos, a taxa de participação neste mesmo ano era de 60%. Para os mais velhos, com 50 anos ou mais, a taxa de participação era ainda menor, 42%. Por seu turno, entre crianças com idade entre 10 e 14 anos, 10% estavam participando do mercado de trabalho em 2001.

O grupo etário que registrou maior aumento na taxa de participação entre 2001 e 2009 foi o formado por indivíduos com idade entre 25 e 49 anos, que passou de 78% para 81,6%. A participação dos jovens aumentou apenas 1 p.p., mesmo crescimento verificado para os indivíduos mais velhos. Por sua vez, a taxa de participação das crianças diminuiu de 10% para 5,6%.



No período 1992-2001, a taxa de participação dos trabalhadores com idade entre 25 e 49 anos aumentou 3 p.p. A participação dos jovens diminuiu 5 p.p. durante este período, e a taxa de participação daqueles com 50 anos ou mais diminuiu cerca de 1 p.p. A taxa de participação das crianças experimentou uma redução acentuada entre 1992 e 2001, passando de 19,3% para 10%.

Os resultados mostram pontos positivos, como o aumento na taxa de participação dos adultos com idade entre 25 e 49 anos e a queda na participação das crianças, que foi acompanhada de uma redução acentuada no trabalho infantil, como mostram Barros e Mendonça (2009). Estes movimentos na taxa de participação, porém, foram menos intensos do que os registrados no período 1992-2001. Um resultado que também pode ser considerado desfavorável é o aumento da participação de jovens com idade entre 15 e 24 anos, pois pode implicar na saída precoce da escola por parte de tais indivíduos.

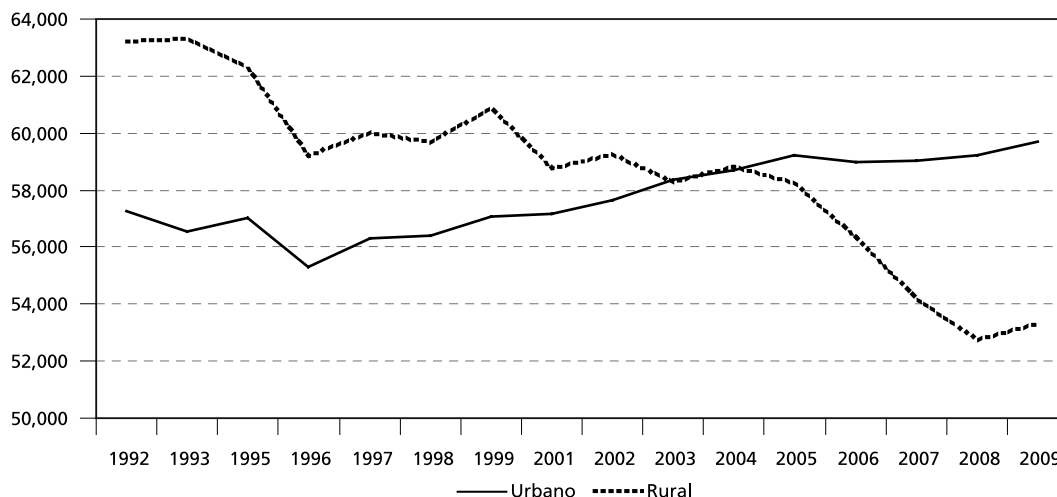
## 7 PARTICIPAÇÃO NAS ÁREAS URBANAS E RURAIS

Em 2001, as áreas urbanas e rurais apresentavam taxas de participação semelhantes (57,1% nas áreas urbanas e 58,8% nas rurais), como mostra o gráfico 5. Entre 2001 e 2009, a taxa de participação nas áreas urbanas aumentou 2,5 p.p., enquanto nas áreas rurais ocorreu uma redução de 5,5 p.p. A tendência de redução da participação nas regiões rurais já tinha sido registrada no período 1992-2001, quando diminuiu 4 p.p., enquanto a taxa de participação nas regiões urbanas permaneceu constante durante este período.

GRÁFICO 5

### Taxa de participação nas áreas urbana e rural (1992-2009)

(Em %)



Fonte: PNAD/IBGE.

Elaboração dos autores.

## 8 CONCLUSÕES

A taxa de participação aumentou 1,5 p.p. no Brasil entre 2001 e 2009. Merece destaque a queda acentuada na participação dos trabalhadores com baixos níveis de escolaridade, que foi compensada pelo acréscimo na participação dos mais escolarizados e pela mudança na composição da população por níveis de educação. Percebe-se também que a participação das crianças na força de trabalho diminuiu durante a década, enquanto o grupo etário que registrou maior aumento foi aquele composto por indivíduos com idade entre 25 e 49 anos. Além disso, foram mantidas as tendências registradas no período 1992-2001 de queda da participação nas áreas rurais e de redução na diferença entre as taxas de participação de homens e mulheres.

## REFERÊNCIAS

ÁGUAS, M. **A importância da composição dos filhos para a participação da mulher na força de trabalho – uma análise para o Brasil de 1992 a 2008**. Dissertação (Mestrado), UFF, 2009.

CORSEUIL, C. H.; FURTADO, L.; AGUAS, M. **Mercado de trabalho**. Nota Técnica, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise 41, novembro, p. 39-46, 2009.

BARROS, R.; MENDONÇA, R. **Trabalho infantil no Brasil: rumo à erradicação**. Nota Técnica, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise 41, novembro, p. 15-26, 2009.

FONTOURA, N.; GONZALES, R. **Aumento da participação de mulheres no mercado de trabalho: mudança ou reprodução da desigualdade**. Nota Técnica, Mercado de Trabalho: conjuntura e análise 41, novembro, p. 33-38, 2009.